



APROPUC REÚNE-SE COM GESTORES E REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A pedido da APROPUC e do Sindicato dos Professores, Sinpro-SP, aconteceu na segunda-feira, 21/3, uma audiência para discutir as reivindicações dos professores frente ao retorno presencial proposto pela Reitoria.

Os docentes solicitaram basicamente três itens que desejariam ver adotados neste retorno: 1. Regime de Home Office para os professores do Grupo de Risco, mediante apresentação de atestado de seu médico particular, do convênio ou do INSS; 2. Exigência de uso da máscara em todos os espaços internos da Universidade, bem como a distribuição de máscara PFF2 ou equivalente (Equipamento de Proteção Individual - EPI) a todos os professores, até que as Partes deliberem conjuntamente sobre a liberação do uso da máscara, em razão da inexistência de risco; 3. Exigência de atestado da 1ª, 2ª e 3ª dose vacinal de estudantes, professores, funcionários administrativos e prestadores de serviços. Esta exigência, aliás, é perfeitamente compatível com o princípio da autonomia universitária, como recentemente reconheceu o Supremo Tribunal Federal (v. voto do Min. Ricardo Lewandowski acolhido na ADPF 756/DF - anexo), conforme disposto na Portaria Interministerial nº 14/2022 e Decreto Estadual nº

66.897, de 17/3/2022. Em princípio a Reitoria e a Fundasp informaram ao representante do Ministério Público que essas medidas de alguma forma já estavam sendo implementadas pela universidade. Porém os representantes da APROPUC negaram estes fatos e informaram que tais providências não foram implementadas em sua totalidade, o que vem semanalmente sendo denunciado pelo **PUCViva**. Diante do impasse, o juiz, representante do Ministério Público sugeriu um prazo de 15 dias, período no qual deverá haver um diálogo entre as partes para que se chegue a um acordo. Passado esse tempo nova reunião deverá ser realizada ou, então, será dado andamento ao processo, com apresentação das

provas em nova audiência, marcada para junho.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Além das reivindicações pontuais da APROPUC, nota-se que neste retorno continuam sem solução uma série de problemas constatados pela comunidade desde o início de 2022. Continuam a acontecer no campus Monte Alegre aglomerações em virtude de fechamentos de portões e passagens que antes eram franqueados à livre circulação das pessoas; poucos funcionários para aferição de temperatura e fiscalização de uso de máscaras nas entradas da universidade, dificuldades para utilização de equipamentos eletrônicos como computado-

res e cabos, emprestados durante a pandemia; os professores que têm dificuldades com o uso de máscaras não têm acesso a microfones. Além disso, foi constatada a não utilização de máscaras por funcionários que têm contato direto com o público, como os terceirizados da garagem, por alguns estudantes e mesmo professores entre outras pessoas que frequentam a universidade, sem que haja fiscalização alguma. Há dificuldade para aferição dos atestados de vacinação de estudantes, muitos apenas com primeira dose ou vacinação alguma. Muitas classes continuam lotadas de estudantes e sem distanciamento mínimo entre as car-

Continua na página seguinte

**PROFESSOR E FUNCIONÁRIO,
FILE-SE À SUA ASSOCIAÇÃO!**

Somente a participação efetiva na APROPUC e AFAPUC garante conquistas superiores à própria Convenção Coletiva, melhores condições de ensino e trabalho, contrato de trabalho diferenciado, manutenção de uma imprensa combativa, luta permanente por uma aposentadoria digna, entre tantas outras conquistas que só podem ser viabilizadas com uma associação forte e atuante.

SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA DE DOCENTES E FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS É FUNDAMENTAL!

ASSOCIE-SE: PROFESSORES: www.apropucsp.org.br/ficha-de-associacao
FUNCIONÁRIOS: <https://www.afapuc.org.br/formularios/>

APROPUC
AFAPUC

continuação da página anterior

Reitoria discute segurança em reunião virtual com a comunidade

teiras, como no período anterior à pandemia. Além dos bebedouros de duvidosa higiene, falta água para uso de professores e funcionários, bem como café. O restaurante permanece fechado bem como o necessário ambulatório para atendimento de nossa comunidade.

De mesmo não há controle quanto ao uso dos elevadores e professores com necessidades especiais de locomoção têm reclamado do fechamento total ou precário da gaiola da saída do elevador no piso da garagem. Quanto aos itens de higiene do prédio, inclusive dos sanitários, bem... esses permanecem temas merecedores de críticas à parte.

Por tudo isso a insegurança no trabalho cotidiano na PUC-SP continua a ser uma fonte de preocupação de professores, funcionários e estudantes, que passaram por um período difícil com a pandemia e não querem que o retorno traga novos percalços às suas vidas.

Na quinta-feira, 24/3, a reitoria da PUC-SP realizou uma reunião virtual aberta à comunidade, para debater questões de segurança dos campi da universidade. Os relatos de furtos, roubos e clonagem de cartões têm sido constantes neste início de semestre e têm assustado boa parte dos frequentadores do campus Monte Alegre.

A pró-reitora de Relações Comunitárias, Mônica de Melo, expôs a situação em que vive a universidade, afirmando que não foi possível se ter uma exata dimensão do problema, uma vez que as pessoas que sofreram assaltos ou roubos não estão comunicando o fato aos órgãos competentes. Até agora somente três casos de roubo e assalto e uma clonagem de cartão de crédito chegaram ao conhecimento da reitoria.

INSTALAÇÃO DE CATRACAS

Algumas questões foram levantadas por participantes tanto no chat de discussões como nas intervenções pessoais. A mais polêmica referia-se à possibilidade de instalação de catracas nos campi da universidade. Essa proposta foi rechaçada pelo assessor da Reitoria Luiz Augusto de Paula, o Tuto, que afirmou que uma medida como essa descaracterizaria a universidade que sempre foi marcada por sua vocação pública, entendida como parte da formação acadêmica de seus estudantes. A estudante Laura Nunes, da Faculdade de Direito, também se posicionou visceralmente contra a catraca respaldando seus argumentos nos estatutos da universidade que defen-

dem o seu caráter público. A pró-reitora Monica de Melo lembrou que a grande maioria de ocorrências que envolvem a segurança acontecem no entorno e não dentro do campus.

Ao final do encontro a professora Mônica alinhavou algumas sugestões como melhorar a iluminação no entorno utilizando também os refletores da quadra, aprimoramento das câmeras de segurança, conversas com a Polícia Militar, preencher vagas de agentes de campus que estão em aberto, aperfeiçoar horários de entrada e saída e funcionamento dos portões, estudar a possibilidade de Vans levarem os estudantes até o metrô, saída de estudantes em grupos e não isolados mas, sobretudo ficou a recomendação de que as vítimas comuniquem o fato às autoridades de segurança e à universidade.

Após denúncias sociedade civil exige renúncia do ministro da Educação

Na segunda-feira, 21/3, o jornal Folha de S.Paulo divulgou um áudio de uma reunião entre o Ministro da Educação, Milton Ribeiro e vários prefeitos, onde o ministro afirmou que a prioridade do Ministério é atender em primeiro lugar os municípios e em segundo aos pedidos do pastor Gilmar Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Ministros das Assembleias de Deus no Brasil Cristo Para Todos. Gilmar é homem de confiança do presidente Bolsonaro e ainda segundo o

ministro essa ordem partiu do próprio presidente Bolsonaro.

A informação provocou grande revolta entre os setores ligados à educação e cultura e na população em geral. Em um momento em que as verbas da educação são constantemente cortadas sem justificativas plausíveis o governo distribui favorecimentos aos seus aliados em prejuízo de toda população brasileira.

Um abaixo assinado circula na internet pedindo a demissão do ministro. O texto do abaixo assinado enfatiza que "o governo fe-

deral demonstra estar mais preocupado com alianças duvidosas do que com o povo brasileiro, que está sendo vítima de um esquema suspeito". O texto pode ser acessado em <https://bolsolaodomec.nossas.org/#block-38895>

A Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência divulgaram nota em que "manifestam sua preocupação ante as notícias, divulgadas pela imprensa, segundo as quais decisões de elevada importância no âmbito do Ministério da

Educação estariam sendo tomadas por sacerdotes que não exercem cargos públicos e não têm competência, nem técnica nem legal, para deliberar sobre distribuição de verbas e prioridades educacionais".

A APROPUC e a AFAPUC manifestam o seu mais veemente repúdio a mais esse ataque contra a educação brasileira. A educação laica e, mais ainda, a independência das políticas de estado de interesses de determinados segmentos religiosos sempre foram a bandeira levantada por estas associações.

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Edição de Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Betriz Abramides, João Batista Teixeira, Jason T. Borba, Victoria C. Weischtordt, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br

APROPUC e AFAPUC solicitam reunião para discutir Acordo Interno

À Secretaria Executiva da Fundação São Paulo

Pe. José Rodolfo Pezzolo

Pe. João Júlio de Faria

As Associações de Professores e de Funcionários Administrativos da PUC-SP sempre se pautaram pelo diálogo e transparência das relações entre a Mantenedora e as entidades representativas. Nesse sentido, causa-nos estranhamento a ausência de resposta às nossas solicitações de agendamento de reuniões com o intuito de iniciarmos as tratativas de negociação dos Acordos Internos de Trabalho de nossos representados, assim como outras questões relativas às categorias.

No caso dos professores, o Ato de Liberalidade aditado (Ato da Secretaria Executiva da Fundação São Paulo nº 10/2021) em 16 de setembro de 2021 estabelece sua vigência até 28/02/2022. Na ocasião, o Secretário Executivo da FUNDASP comprometeu-se em dar início às tratativas de um novo Acordo Interno no início deste ano. Em 02/02/2022 a APROPUC-SP encaminhou ofício objetivando tratar desta pauta, bem como de outros assuntos

de interesse da categoria.

Com relação aos Funcionários Administrativos, a AFAPUC tem tentado o diálogo desde de setembro de 2021, solicitação reiterada por ofício encaminhado em 21/12 do mesmo ano e, embora tenha sido sinalizado que no início deste ano haveria um contato para o agendamento, até o presente momento aguardam retorno.

Desta forma, e dando continuidade à nossa tradição de diálogo e transparência, vimos conjuntamente solicitar agendamento de reuniões com as diretorias da APROPUC-SP e da AFAPUC para que possamos dar início às negociações dos Acordos Internos de Trabalho das categorias de Professores e Funcionários Administrativos e tratarmos de outras

questões relativas às condições de trabalho das respectivas categorias na retomada presencial de nossas atividades.

Atenciosamente,

João Batista T. da Silva
Presidente da APROPUC

Maria Helena Gonçalves Soares Borges
Presidenta da AFAPUC

Mais uma vez patrões atacam direitos dos professores em campanha salarial

Mais uma rodada de negociação entre professores e mantenedoras do ensino superior aconteceu na quarta-feira, 23/3. Desta vez os sindicatos docentes rejeitaram todas as propostas dos patrões que propunham um grande corte nos direitos dos trabalhadores da educação.

As mantenedoras recusam discutir os índices de reajuste antes que seja firmada uma nova Convenção Coletiva. As propostas dos professores também foram rejeitadas pelos patrões. O Sinpro-SP apresentou em seu site uma relação das principais propostas de cortes patronais que reproduzimos ao lado.

O que querem os patrões

- ✓ Fim da garantia semestral de salários - a IES poderia demitir, no primeiro semestre, até 30/03 e, no segundo semestre, até 15 de outubro
- ✓ Redução do recesso - o período anual seria reduzido de 30 para 15 dias
- ✓ Fim das férias coletivas - a IES teria liberdade de mudar o período de férias de um professor e chamá-lo para trabalhar em julho
- ✓ Redução do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço - a indenização não poderá ser superior a 60 dias de salário
- ✓ Fim da integralidade nas bolsas de estudo - os professores agora passariam a pagar 50% do valor da mensalidade. Esse "desconto", contudo, não valeria para os cursos de medicina, odontologia, enfermagem, psicologia e direito, que devem ser pagos integralmente.

